

SUMÁRIO

Introdução	XV
1 Filosofia, ciência e direito	1
Introdução geral à filosofia do direito	1
Filosofia e ciência.....	1
O direito não é ciência no sentido estrito e moderno.....	4
A filosofia também não é uma ciência	8
A filosofia esclarece e põe ordem no pensamento.....	11
A discussão filosófica	16
Princípio de inteligibilidade	18
Os diferentes objetos do pensamento: universais e particulares, necessários e contingentes.....	23
Filosofia do direito	25
A ciência moderna e a filosofia do direito.....	32
A concepção moderna de razão: a limitação.....	33
Concepção limitada de razão: momentos de ruptura.....	33
Primeiro momento: o século XVII e três aspectos da mudança	35
Segundo momento: do iluminismo para o positivismo	38
Ciência do direito.....	40
2 Diferentes teorias do direito	47
A metafísica do direito	47
O legado positivista	51
O positivismo naturalista.....	56
O positivismo da lei (o normativismo).....	60
Tentativas de abandono do positivismo	61
A tradicional teoria das normas.....	65
As questões colocadas	65
A teoria das normas – uma teoria especulativa.....	68
Limites da teoria das normas	69
Nem toda norma é um mandamento seguido de sanção.....	70
Não se cumprem as normas por causa de um soberano em particular....	71

Conhecer as normas não consiste em falar das normas, mas em usá-las	72
A dimensão prática do direito.....	73
A teoria da ação e da decisão.....	75
Ação e ética do discurso (especialmente Karl-Otto APEL)	77
Ação e hermenêutica (especialmente Paul RICOEUR).....	78
Ação, normas e a tradição analítica.....	79
Compreender as regras pela perspectiva do agente (Herbert HART)	80
3 O direito como ação, prática e instituição.....	91
A renovação geral da filosofia de interesse para o direito.....	91
Uma analogia produtiva: língua e discurso, ordenamento e decisão.....	92
Das ciências da ação à filosofia da ação	96
Ação e fato.....	97
A ação não é um fato como outros.....	99
Ação, finalidade e sentido.....	101
Ações, práticas, seguimento de regras.....	106
O que é uma prática.....	107
Práticas e ações.....	110
Ações contingentes dentro de práticas permanentes.....	115
Práticas e jogos	117
O que é um jogo? De HUIZINGA a WITTGENSTEIN	117
WITTGENSTEIN e os jogos de linguagem	119
Um conceito de jogo e prática para uso no direito.....	120
O direito como prática	123
Práticas, regras constitutivas e regulativas.....	123
Seguir regras e compreender sentidos (palavras, frases e discursos).....	125
Direito: uma prática aberta.....	133
Institutos, instituições e natureza institucional.....	135
Fatos brutos, fatos institucionais, conceitos funcionais.....	135
Individualismo, realismo, empirismo	139
Natureza institucional do direito	142
4 O uso prático da razão: compreender, interpretar e aplicar	153
O objeto da razão prática.....	153
Pensar, agir, produzir.....	153
Virtudes intelectuais: pensar também se aprende	159
Pensar, articular, falar: razão, linguagem e discurso	167
Os limites da razão prática.....	170
Uma visão restrita da racionalidade.....	174

Uma alternativa?	178
A retórica de PERELMAN	179
A diferença da retórica aristotélica.....	181
Retórica, lógica, tópica: diferentes objetos.....	183
Falácias e retórica.....	184
O uso da razão prática no direito: excursão histórica	186
A perspectiva pré-moderna.....	186
A perspectiva moderna: direito positivo e concepção restrita de razão.....	190
A hermenêutica romântica.....	195
A questão contemporânea	197
5 Interpretação, hermenêutica e analítica.....	201
Interpretação e aplicação do direito	201
O que é interpretação: conhecer, reproduzir, aplicar, traduzir, parafrasear?.....	202
Traduzir: do passado ao presente, do universal ao particular	206
Tarefa hermenêutica: trazer o passado para o presente.....	208
Tarefa hermenêutica: relacionar o universal e o particular.....	211
A interpretação na história do direito	214
Os medievais	216
Modernidade.....	220
A hermenêutica romântica e sua longevidade no Brasil	223
A hermenêutica contemporânea.....	229
A virada hermenêutica (GADAMER).....	230
O direito como discurso (Paul RICOEUR).....	235
A objetividade do discurso.....	238
O texto	241
Compreensão precede interpretação (WITTGENSTEIN).....	247
O ponto de vista do agente (HART).....	253
Compreender.....	260
Círculo hermenêutico e formas de vida	260
Ações inteligíveis e sentidos	268
Interpretação ou compreensão?.....	269
A objetividade	271
Os métodos revisitados: gramatical, lógico, sistemático, histórico e teleológico	272
O desafio de SAVIGNY	272
SAVIGNY revisitado	275
O antissubjetivismo contemporâneo e a intencionalidade.....	277

6	A justiça é o sentido do direito.....	281
	A questão fundamental.....	281
	Resposta cética.....	282
	A justiça como <i>princípio</i> de inteligibilidade do direito.....	285
	O conceito de justiça.....	292
	A igualdade.....	292
	A teoria clássica da justiça como igualdade.....	297
	A virtude da justiça.....	299
	A justiça como resposta à injustiça.....	299
	Uma virtude para os outros, não para si.....	300
	O justo e o conceito de justiça.....	301
	As formas da justiça.....	304
	A justiça geral.....	304
	John Rawls: <i>Justice as fairness</i> , a justiça do legislador e o bem político.....	309
	A justiça particular – comutativa e distributiva: trocas e partilhas.....	314
	Critérios de distribuição.....	317
	A justiça do juiz e a justiça do legislador.....	318
	A justiça do juiz.....	319
	Caso singular e passado.....	319
	Submissão à lei e imparcialidade.....	322
	Equidade.....	326
	Entre a justiça do juiz e a do legislador: a justiça constitucional.....	330
	A justiça do legislador.....	332
	A justiça limita e determina os atos de legislação.....	333
	Voluntarismo e gerencialismo legislativo.....	334
	Legislar: declarar ou instituir a justiça?.....	335
	Estrutura das relações sociais.....	337
	Conceitos elementares do campo.....	338
	Visão prospectiva, generalidade das leis, consequências.....	339
	A teoria dos bens e a teoria da justiça: direito, economia e filosofia moral.....	343
	A teoria dos bens no direito.....	345
	Bens, coisas apropriáveis e preço.....	345
	Classificação dos bens no direito civil.....	348
	Bens comuns: tema tradicional para os juristas.....	350
	Bens comuns, públicos e coletivos – confronto com a economia.....	352
	Bens comuns que não produzimos.....	355
	Bens comuns que produzimos: cooperação e predadores.....	357

A racionalidade individual estratégica x cooperação	359
Direitos individuais e bens comuns	360
Justiça e Estado de direito (<i>rule of law</i>)	363
Justiça formal: o direito cria igualdades institucionais	365
A justiça material ou substantiva	367
Bens públicos, coletivos, bens intrinsecamente comuns	373
Conclusão	377
O percurso: do direito como prática à teoria da justiça	377
Implicação	378
Implicações para o ensino do direito	380
Referências	383
Índice de quadros	401
Índice onomástico	405